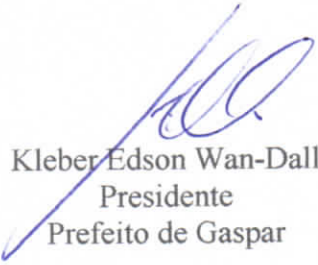


ATA DA 492ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, REALIZADA NO DIA DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

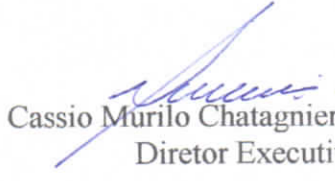
Aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às catorze horas, na sala Vale Europeu da AMMVI, realizou-se a quadringentésima nonagésima segunda Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Gaspar, senhor Kleber Edson Wan-Dall, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a participação do senhor Arão Josino da Silva, prefeito do município de Ascurra; da senhora Arrabel Antonieta Lenzi Murara, prefeita do município de Benedito Novo; do senhor Mário Hildebrandt, prefeito do município de Blumenau; do senhor Alcir Merizio, prefeito do município de Botuverá; do senhor José Ari Vequi, prefeito do município de Brusque; do senhor Hartwig Persuhn, prefeito do município de Doutor Pedrinho; do senhor Ércio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Jorge Luiz Stolf, prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Valcir Ferrari, prefeito do município de Rodeio; do senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; e do senhor Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da AMMVI, além de demais interessados, conforme registro de presença. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o presidente deu início à reunião cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 – Aprovação da ata da assembleia ordinária anterior; 2 – Saúde; 3 – Saneamento básico; 4 – Movimento econômico; 5 – Previdência complementar; 6 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); 7 – Assuntos gerais (capina elétrica). Tratando-se do item um, ficou dispensada a leitura pois foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por correio eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada. Passando ao item dois, o presidente deu as boas-vindas ao senhor André Motta Ribeiro, secretário de Estado da Saúde, o qual participou da Assembleia por videochamada a convite da Associação. Com a palavra, o secretário cumprimentou a todos, e iniciou sua fala comentando sobre os picos da pandemia em julho e novembro do ano passado, demonstrando a preocupação com uma nova onda alta de contágios que pode vir com a chegada do inverno, e conseqüentemente sobrecarregar a rede de saúde do estado. Comentou também sobre as dificuldades de orçamento e aquisição de medicamentos e equipamentos por parte do Ministério da Saúde (MS), e reforçou que será necessário ofertar mais serviços sem possibilidade de auxílio do governo federal, portanto as unidades hospitalares precisam se organizar para garantir estoques, principalmente de medicamentos. Comentou sobre a parceria feita entre os estados do Sul para ajuda mútua em internações e permuta de equipamentos e insumos, mas disse que isto não é suficiente para que o Estado supra as necessidades dos hospitais e municípios. Citou ainda sua preocupação com suporte de oxigênio, e que a característica dos pacientes se alterou, exigindo internações mais longas e conseqüentemente mais oferta de leitos de terapia intensiva, portanto será necessário adquirir mais equipamentos. Com a palavra, o senhor Kleber Edson Wan-Dall questionou sobre a continuidade do suplemento de custeio hospitalar, e o senhor André Motta Ribeiro enfatizou que está mantido o pagamento do teto da política hospitalar catarinense para 116 hospitais, há articulação com a Assembleia Legislativa do Estado (ALESC) para prorrogar a Medida Provisória de calamidade pública que vence no final de junho e também discutir contratos e convênios para suplementação de recursos, e foram realizadas conversas com o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), o Ministério Público (MPSC), municípios, secretarias de saúde e hospitais para construir processos mais ágeis para ofertar serviços. Reforçou que o Estado ainda garante o pagamento dos leitos de UTI Covid ativos, e continua buscando habilitação junto ao MS. O presidente da AMMVI também questionou sobre a vacinação contra a Covid-19, e suporte aos centros de reabilitação para pacientes pós-Covid. Novamente com a palavra, o senhor André Motta Ribeiro informou que, por solicitação dos secretários estaduais e municipais de saúde, foi levada à Comissão Intergestores

49 Tripartite uma proposta de flexibilização para que os fóruns estaduais pudessem decidir algumas
50 questões dentro do Plano Nacional de Imunização (PNI), então foi aprovada a possibilidade de os
51 Estados e Municípios discutirem o avanço da campanha de imunização por faixa etária, cujo formato
52 será discutido em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Citou ainda que o MS tem um
53 calendário de entrega de 42 milhões de doses de imunizante para o mês de junho, e ainda haverá
54 produção de mais imunizantes. Com relação aos centros de reabilitação, o secretário informou que o
55 Estado está trabalhando nisso, e que um projeto único para todas as regiões facilitaria o processo.
56 Destacou ainda sobre a problemática repassada ao MS com relação à necessidade de rever a política
57 de hemodiálise, tendo em vista que há aumento na demanda pós-pandemia e os recursos repassados
58 não são suficientes. Com a palavra, o senhor José Ari Vequi questionou se há previsão para o aumento
59 descontrolado de casos, e o senhor André Motta Ribeiro citou que, com base no crescimento das
60 últimas semanas, é possível que ainda em junho já haja sobrecarga dos sistemas de saúde. Tomando
61 a palavra, o senhor Mário Hildebrandt questionou se há necessidade de auxílio por parte dos prefeitos
62 na interlocução com a ALESC para prorrogar o estado de calamidade, sobre aquisições
63 individualizadas, o aumento de leitos de UTI e a possibilidade de o Estado comprar vacinas. Em
64 seguida, o secretário informou que a questão da prorrogação na ALESC já está bem encaminhada,
65 mas que o apoio dos prefeitos é sempre bem-vindo. Com relação a aquisições, informou que são as
66 compras de equipamentos e insumos do kit intubação, ressaltando que o Estado está lançando nova
67 licitação para compras, mas que os processos estão lentos, portanto é aconselhável que os hospitais
68 façam aquisição de forma direta se possível. Também demonstrou a preocupação com o represamento
69 das cirurgias eletivas, e enfatizou que cada hospital pode dar andamento na fila conforme a capacidade
70 de atendimento. Falou também do orçamento da saúde no Estado, e reiterou que os recursos para
71 compra de vacinas ainda estão reservados caso haja essa possibilidade. Com a palavra, o senhor Ércio
72 Kriek questionou sobre o cálculo da matriz de risco, que não considera os testes feitos na região,
73 apenas do Laboratório Central (LACEN). Em resposta, o senhor André Motta Ribeiro destacou que
74 a matriz de risco não é tão impactada pelo número de casos positivos, pois há muitos outros pontos
75 considerados que também influenciam em seu resultado. Falou ainda da cobertura vacinal no estado,
76 que atingiu apenas 11% da população, e que o percentual ideal de imunização é de 75% para que se
77 diminua a velocidade de circulação do vírus e dê maior segurança à população. Por fim, não havendo
78 mais questionamentos, o presidente agradeceu pela participação do secretário de Estado da Saúde, o
79 qual também se manifestou agradecendo pela oportunidade e colocando-se à disposição. Passando ao
80 item três, foi dada a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold, diretor geral da Agência Intermunicipal
81 de Regulação do Médio Vale do Itajaí (AGIR), o qual informou sobre a publicação do Decreto nº
82 10.710, que regulamenta a metodologia de comprovação de capacidade econômico-financeira dos
83 prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, e há
84 uma situação jurídica nova de compartilhamento de delegações que ainda está em debate. Citou que
85 o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI) já fez uma minuta para adesão a unidade
86 de regulação, para que vários municípios juntos façam um contrato de programa, que outras regiões
87 do estado também já estão trabalhando no sentido de formar grupos, e a partir de julho o governo
88 federal auxiliará os estados que ainda não tiverem encaminhamentos. Destacou ainda que há uma
89 grande discussão jurídica no tema, pois há regras para a comprovação da capacidade econômico-
90 financeira dos prestadores de serviço. Com a palavra, o senhor Mário Hildebrandt sugeriu que seja
91 agendada uma reunião para discutir exclusivamente esta pauta, pois são muitos detalhes a serem
92 trabalhados, ao qual os demais prefeitos concordaram. Dando sequência, no item quatro, foi dada a
93 palavra ao senhor Célio Francisco Simão, assessor econômico e fazendário da Associação, o qual
94 informou que devido à Emenda Constitucional nº 108/2020, haverá modificações na divisão da cota
95 parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte
96 Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) entre o Estado e os municípios, e apresentou

97 as novas formas de cálculo dos valores, que inclusive serão influenciadas pelos índices da educação.
98 Citou que há um grupo de trabalho na Federação Catarinense de Municípios (FECAM) estudando e
99 acompanhando a situação, e enfatizou que os prefeitos devem se manter a par do tema também.
100 Apresentou ainda uma previsão de valores com base nas possíveis mudanças, e se colocou à
101 disposição em caso de dúvidas. Por fim, comentou que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou
102 processo impetrado pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), o qual
103 questionava a participação das agenciadoras de cargas, conhecidas como *trading*, na composição do
104 Valor Adicionado. Citou que a decisão do STF é de que a propriedade da mercadoria é do importador,
105 àquele que de fato é o que adquiriu no mercado externo e pagou por ela. Assim, espera-se que a
106 Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) faça os ajustes não mais aceitando os valores lançados na
107 declaração desses estabelecimentos, porém não há movimentação neste sentido. Diante disto, o
108 senhor Mário Hildebrandt sugeriu consultar o advogado Marcos Probst, a fim de verificar a
109 possibilidade de entrar com medida cautelar para que se cumpra a decisão. Dando seguimento, o
110 presidente solicitou a antecipação de um item dos assuntos gerais, referente à capina elétrica, o qual
111 foi aprovado pelos demais prefeitos. Na sequência, foi dada a palavra ao senhor Dauren Monteiro,
112 diretor comercial da Mar Brasil Serviços e Locações, o qual agradeceu pelo espaço e iniciou a
113 apresentação com um vídeo sobre a operação com capina elétrica. Em seguida, abordou o histórico
114 do serviço, as vantagens, certificações, bem como maiores detalhamentos sobre os equipamentos,
115 custos e contratação, e se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas. Com a palavra, o senhor
116 Ércio Kriek comentou sobre o teste do serviço feito em Pomerode, e houve uma breve discussão sobre
117 as possibilidades de contratação. Em seguida, o presidente informou que precisaria se ausentar da
118 reunião por conta de outro compromisso, e designou o tesoureiro da AMMVI, senhor Ércio Kriek,
119 para dar continuidade aos trabalhos tendo em vista que também estaria presidindo a Assembleia do
120 Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí (CISAMVI). Dando seguimento, no item
121 cinco, foi dada a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, consultor em gestão contábil e integridade da
122 AMMVI, o qual comentou sobre o acompanhamento da instituição da previdência complementar nos
123 municípios que possuem regime próprio de previdência social, e que seria interessante enviar os
124 projetos de lei para as Câmaras de Vereadores na mesma semana. Explicou ainda sobre as fases de
125 trabalho para implementação da previdência complementar, e informou que posteriormente será
126 discutida a questão da complementação para municípios com regime geral de previdência social. Em
127 seguida, no item seis, o senhor José Rafael Corrêa se manteve com a palavra e comentou que já foram
128 realizadas duas palestras sobre a LGPD, há um grupo de trabalho montado no Colegiado de Controle
129 Interno para discutir o tema, e a Associação promoverá capacitações para auxiliar os municípios. Por
130 fim, em assuntos gerais, foi aberta a palavra aos demais prefeitos, porém não houve manifestações.
131 Nada mais havendo a tratar, o senhor Ércio Kriek, tesoureiro da AMMVI, agradeceu a todos e
132 declarou encerrada a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois
133 de lida e aprovada, será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor diretor executivo da
134 AMMVI.



Kleber Edson Wan-Dall
Presidente
Prefeito de Gaspar



Cassio Murilo Chatagnier de Quadros
Diretor Executivo



Rua Alberto Stein, 466 | Velha
89.036-200 | Blumenau | SC
CNPJ 83.779.413/0001-43
Tel.: 47 3331-5800
ammvi.org.br

Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva